



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

PROCESSO : 0009828-37.2021.6.18.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
SERVIÇO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
ASSUNTO :

Decisão nº 3897 / 2021 - TRE/PRESI/DG/ASSDG

Vistos etc.

Cuida-se de relatório final dos trabalhos referentes ao **Procedimento Licitatório nº 29/2021 - Pregão Eletrônico**, tem por objeto a **contratação dos serviços de portaria 24h**.

Verifico que a atuação do Pregoeiro na condução do certame se limitou a seguir, de forma estrita, os trâmites procedimentais definidos no edital, bem como os princípios a que deve estar atrelada a conduta dos agentes públicos, em especial os constitucionais postulados da isonomia, legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, tudo em estrita conformidade com o disposto na Lei nº10520/2002 e Decreto nº 10024/2019.

Outrossim, quanto ao recurso interposto pela empresa Servfaz, indubitado reconhecer que a recorrente cumpriu os requisitos formais de admissibilidade do recurso, mas, no mérito, não merece prosperar, ante a inconsistência do quanto alegado pela empresa.

Diante das informações constantes dos autos e com base, principalmente, na decisão do recurso (doc. nº1340905), relatório (doc. nº1340928) e ata (doc. nº 1331701), mantenho a decisão do Sr. Pregoeiro deste Regional, no sentido de conhecer do recurso administrativo interposto, por ser tempestivo e presentes que estão os demais requisitos de admissibilidade e, no mérito, **desprovê-lo**, ante a inconsistência do quanto alegado pela empresa recorrente.

Por fim, constato a regularidade dos trabalhos efetuados pelo Pregoeiro, que demonstram consonância com as normas legais afetas à matéria, razão pela qual homologo o **Procedimento Licitatório nº 29/2021**, bem como efetivo a adjudicação do objeto da licitação à empresa **Ação Consultoria e Serviços Ltda.**, no valor total de **R\$ 752.566,48 (setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, nos moldes do termo de homologação/adjudicação anexo.

Cumpra-se.

DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
Presidente do TRE-PI



Documento assinado eletronicamente por **José James Gomes Pereira, Presidente**, em 30/09/2021, às 14:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1345334** e o código CRC **266B3F07**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

PROCESSO : 0009828-37.2021.6.18.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
SERVIÇO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
ASSUNTO :

Parecer nº 3316 / 2021 - TRE/PRESI/DG/ASSDG

EMENTA: Pregão Eletrônico. Recurso. Indeferimento. Homologação.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente,

Cuida-se de relatório final dos trabalhos referentes ao **Procedimento Licitatório 29/2021 - Pregão Eletrônico**, conforme termo de autorização que repousa no doc. nº 1313482.

Dito certame tem por objeto a **contratação dos serviços de portaria 24h**.

Constam dos autos o edital do procedimento licitatório (doc. nº 1315940) e cópias do respectivo aviso de publicação no Diário Oficial da União, jornal de circulação local e no Portal da Transparência (doc. 1325470).

Não foi interposta impugnação ao edital e nem pedido de esclarecimento.

Relata o Sr. Pregoeiro, no doc. 1340928, que a sessão pública foi iniciada na data e horário previamente definidos (08/09/2021, às 8:30), tendo sido recebidas as propostas e passando-se à fase de lances.

Encerrada a fase de lances, o Sr. Pregoeiro, com o auxílio da unidade técnica competente (doc. nº 1331090), constatou a regularidade da proposta melhor classificada (1328258, 1328259), bem como o atendimento de todos os requisitos de habilitação (1328262, 1328263), motivo pelo qual declarou a empresa **Ação Consultoria e Serviços Ltda.**, vencedora do certame.

Aberto prazo para recurso, as empresas Delta (doc. nº 1331715) e Servfaz (doc. nº 13311718) demonstraram a intenção de recorrer, sendo que apenas a empresa Servfaz apresentou suas razões recursais (doc. nº 1336000).

Alega a recorrente que a proposta de preços da recorrida contem equívocos quanto ao cálculo e comprovação das alíquotas de PIS e COFINS, que foram utilizados de forma inadequada para obter vantagem indevida.

As contrarrazões constam no doc. nº 1338156, reforçando que as alíquotas de PIS e COFINS ofertadas estão devidamente amparadas em normas e na legislação afeta a matéria.

Analisadas as razões e as contrarrazões do recurso, e com base na manifestação da unidade técnica de doc. nº 1340073, decidiu o Sr. Pregoeiro pela manutenção da decisão impugnada, conforme abalizada exposição de motivos constante do doc. nº 1340905.

Por fim, o Sr. Pregoeiro encaminha os autos a Administração Superior, sugerindo a adjudicação do **objeto do certame** à empresa **Ação Consultoria e Serviços Ltda.**, no valor total de **R\$ 752.566,48 (setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, com consequente homologação do presente procedimento, esclarecendo que a licitação gerou uma economia de **25,01%** do valor estimado originalmente.

Consta no doc. nº 1331701 a ata da sessão pública contendo o detalhamento do ocorrido no certame.

A **Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças** observa que a atuação do Pregoeiro na condução do certame se limitou a seguir, de forma estrita, os trâmites procedimentais definidos no edital, bem como os princípios a que deve estar atrelada a conduta dos agentes públicos, tudo em conformidade com o disposto na Lei 10.520/2002 e no Decreto 10.024/2019.

É o relato dos fatos. Manifestamo-nos.

Cumpre deixar assentado, por primeiro, que, nesta modalidade licitatória, que é o Pregão, hão de ser observados os postulados da busca incessante da melhor proposta, sempre respeitando o princípio da igualdade entre os contendores.

Com efeito, os procedimentos a serem seguidos ao longo do certame estão consignados no bojo do instrumento convocatório e deverão nortear, de forma vinculante e inafastável, toda a conduta do agente responsável pela instauração e condução do procedimento licitatório.

Exsurge, nesse momento, a obrigatoriedade de que Administração e administrados se prendam ao quanto enunciado no edital – lei interna que é da licitação –, no que estaremos a render homenagem ao ineliminável princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

De se observar, por ser assertiva corrente, que o objetivo basilar de toda e qualquer licitação é selecionar o contratante que apresente e reúna as melhores condições para atender os reclamos e necessidades do interesse público primário.

A posição do Pregoeiro, pois, revelou-se rente a essa postura, visto que a classificação/habilitação da empresa **Ação Consultoria e Serviços Ltda.** limitou-se a seguir, de forma estrita, os trâmites procedimentais definidos no edital, bem como os princípios a que deve estar atrelada a conduta dos agentes públicos, em especial os constitucionais postulados da isonomia, legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, economicidade, tudo redundando na escolha dos licitantes que lograram satisfazer na íntegra os requisitos mínimos para uma escorreta e regular execução contratual, com o maior rendimento possível, mediante dispêndio financeiro menos oneroso aos cofres públicos (neste particular, atendeu-se à equação custo-benefício, critério prático que determina a vantajosidade da proposta ofertada e acolhida pela Administração).

Destarte, como de fácil percepção, em relação ao recurso intentado pela empresa Servfaz indubitado reconhecer que a recorrente cumpriu os requisitos formais de admissibilidade dos recursos, mas, no mérito, não merece prosperar.

De fato, quanto a alegação de erro no preenchimento das alíquotas de PIS e COFINS, verifico que a análise do preço ofertado está ligada à configuração dos encargos sociais e ao enquadramento fiscal de cada licitante, que pode fazer com que os custos com esses itens variem de empresa para empresa. Neste caso, dado o enquadramento fiscal e de risco da empresa, o valor da proposta da recorrida caracterizou-se como exequível, conforme devidamente detalhado pela unidade técnica competente.

Ademais sobre a aplicação de alíquotas percentuais variáveis já se posicionou o TCU:

Acórdão TCU nº 963/2004- Plenário

(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro.

Acórdão TCU nº 1 791/2006 - Plenário

(...) O TCU, concordando com o entendimento do. órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante.

Ademais, no caso em análise, não cabe alegação de inexecução da proposta declarada vencedora vez que o seu preço está bem próximo à média das cinco primeiras licitantes.

Por fim, salutar deixar assentado, por importante e relevante, que todos os requisitos necessários para a classificação e habilitação da empresa ora recorrida foram plenamente atendidos, não havendo nada a impingir mácula à regularidade e legalidade do certame licitatório, que transcorreu em estrita conformação aos lineamentos postos no instrumento convocatório e na legislação de regência.

Do exposto, somos pela **manutenção da decisão do Sr. Pregoeiro deste Regional**, no sentido de conhecer do recurso administrativo interposto, por ser tempestivo e presentes que estão os demais requisitos de admissibilidade e, no mérito, **desprovê-lo**, ante a inconsistência do quanto alegado pela empresa recorrente.

Por fim, como forma de atender ao quanto disposto na Lei nº 10.520/2002, somos pela efetivação da **ADJUDICAÇÃO** do objeto da licitação, **no valor total de R\$ 752.566,48 (setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, à empresa **Ação Consultoria e Serviços Ltda.**, bem como pela homologação do **Pregão Eletrônico nº 29/2021** e, conseqüente, contratação da adjudicatária, tendo em mira que ofertou proposta que bem atende aos interesses desta Administração, na forma do **anexo termo de homologação/adjudicação**.

À consideração e decisão de Vossa Excelência.

Maira Chaves Lages Watkins

Assistente

De acordo.

Márcia Valéria de A F R Sampaio

Assessora Jurídica do TRE/PI

Aprovo o Parecer da Assessoria Jurídica desta Diretoria, pelos fundamentos acima expostos

Dr. Ronaldo Maique Araújo Braga

Diretor-Geral do TRE/PI



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Maique Araújo Braga, Diretor Geral**, em 30/09/2021, às 13:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Valeria de Araujo Ferreira Rebelo Sampaio, Analista Judiciário**, em 01/10/2021, às 07:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maira Chaves Lages Watkins, Técnico Judiciário**, em 01/10/2021, às 07:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1345333** e o código CRC **E5A0060C**.

